

# Economistas debatem a questão fiscal do DF

10 ABR 1963

Na próxima quarta-feira, o Conselho Regional de Economia da 11ª Região e a Associação dos Jornalistas Econômicos de Brasília vão colocar em debate a questão fiscal no Distrito Federal. Ao pretender colaborar para a solução da problemática tributária local, os economistas querem aumentar a autonomia financeira do DF, de forma a respaldar os argumentos favoráveis à representação política para Brasília, em todos os níveis.

Para apontar os caminhos técnica e politicamente viáveis para o aumento de arrecadação, o Conselho Regional de Economia preparou um relatório, cuja apresentação estará a cargo do professor Mário Sérgio, da ESAF. Esse relatório, conforme observa Paulo Cezar Timm, presidente do Conselho, chama a atenção sobre os componentes e problemas fundamentais da estrutura tributária do DF, enfatizando prioritariamente a questão das transferências da União.

A questão tributária, neste contexto, é o fato de que o DF é uma espécie de ministério ou síntese de ministérios, porque como Unidade da Federação ou município recebe dotação orçamentária da União e arrecada como se fosse Estado e Município", diz Paulo Timm, frisando ser isso que cria a especificidade da estrutura tributária local, e não necessariamente que o torna dependente financeiramente da União. "Os economistas", lembra ainda, "têm procurado estudar esta questão, chamando sempre a atenção sobre a necessidade de um código tributário próprio para o DF e de uma separação entre despesas que correspondem ao projeto Brasília — sede de governo e que corresponde a uma prioridade federal e as despesas de funcionamento da vida pública da cidade. Para atender este último ponto é preciso elevar a capacidade de auto-financiamento do DF".

Este será o tema geral do debate da próxima quarta-feira, ao qual comparecerão como debatedores o professor Mário Tinoco, da UnB, Celecino Carvalho, diretor da Codeplan, e Antonio Luis Barbosa, presidente da Associação dos Fiscais do DF. O secretário de Finanças do

DF, Marco Aurélio Martins de Araújo, vai presidir o debate.

## Documento dos economistas

A situação econômico-financeira do Distrito Federal foi motivo de uma análise detalhada, que resultou de um convênio firmado durante a gestão do governador José Ornellas — através da Codeplan — e o Conselho Regional de Economia. Neste estudo os economistas asseguram que a dependência financeira do DF frente à União — expressa na crescente participação das transferências da União ao custeio do GDF — é uma meia verdade que merece esclarecimentos.

"As transferências, em primeiro lugar, constituem um fato escritural (nominal) e em fluxo de renda (real) da nação a Brasília. Mas em que medida o fato escritural a distingue das transferências da União a outras regiões do país? Aqui a transferência é direta para os cofres do GDF e tende a destinar-se a despesas de custeio. Isso tem acarretado, inclusive, um certo comodismo por parte das autoridades locais. Para as demais regiões a União realiza transferências embutidas nas ações dos órgãos federais e no desenvolvimento de projetos e programas prioritários, isto é, as despesas de investimento, como Carajás, Itaipu, etc. Esse mecanismo dá à União o controle sobre suas transferências".

Para os economistas, conclui-se daí que as "denominadas transferências da União ao GDF constituem em apenas o veículo apropriado de destino dos destinação dos recursos do Governo Central à sua sede federalizada — o GDF".

Para reforçar o auto-financiamento do custeio GDF, sugere-se uma série de vinte medidas, entre as quais a substituição do Bolão Fiscal por um sistema de Loteria Fiscal, a mudança do atual sistema de arrendamento de terras para exploração agrícola, a transformação de algumas fundações vinculadas ao GDF em empresas públicas ou de economia mista, a implantação de Taxa de Administração Escolar (nos moldes do que está se fazendo no Estado do Rio) e outras.